

Secretaria Municipal de Saúde - ARARIPINA

CNPJ: 11.390.957/0001-08

RUA MADRE DE DEUS n°185

Telefone: 38731156 - E-mail: alvaro.salvador@araripina.pe.gov.br

56280-000 - ARARIPINA - PE

RELATÓRIO DE GESTÃO - PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

1. IDENTIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO

1.1 Secretário(a) de Saúde em Exercício

Secretário em Exercício

Nome: JOSÉ ÁLVARO DE AZEVEDO SALVADOR JUNIOR Data da Posse: 02/01/2017

Secretário de Saúde Referente ao Ano do Relatório de Gestão

Nome: JOSÉ ÁLVARO DE AZEVEDO SALVADOR JUNIOR Data da Posse: 02/01/2017

A Secretaria de Saúde teve mais de um gestor no período a que se refere a RAG? Não

1.2 Informações do Fundo Municipal de Saúde

Instrumento legal de criação do FMS Tipo Lei - 1900
CNPJ 11.390.957/0001-08 - Fundo de Saúde
Data 01/10/1991
O Gestor do Fundo é o Secretário da Saúde? Sim
Gestor do FMS JOSÉ ÁLVARO DE AZEVEDO SALVADOR JUNIOR
Cargo do Gestor do FMS Secretário de Saúde

1.3 Informações do Conselho de Saúde

Instrumento legal de criação do CMS Tipo Lei - 1901
Nome do Presidente do CMS JOSÉ ÁLVARO DE AZEVEDO SALVADOR JUNIOR
Data 01/10/1991
Segmento gestor
Data da última eleição do Conselho 11/02/2015
Telefone
E-mail alvaro.salvador@araripina.pe.gov.br

1.4 Conferência de Saúde

Data da última Conferência de Saúde

1.5 Plano de Saúde

A Secretaria tem Plano de Saúde? Sim
A Secretaria de Saúde tem plano de saúde referente ao período de 2014 a 2017? Sim
Situação Aprovado
Aprovação no Conselho de Saúde Resolução nº 9 Em 28/03/2014

ARQUIVOS ANEXOS

Documento
PLANO PLURIANUAL 2014-2017 (1) (1).pdf
resolução PPA (1).pdf

A Secretaria de Saúde tem programação anual de saúde referente ao ano de 2016? Sim
Situação Aprovado
Aprovação no Conselho de Saúde Resolução nº 1 Em 29/03/2016

ARQUIVOS ANEXOS

Documento
PAS 2016 COMPLETO (2).pdf
RESO PAS 2016.pdf

A Secretaria de Saúde tem programação anual de saúde referente ao ano de 2017?

Sim

Situação

Aprovado

Aprovação no Conselho de Saúde

Resolução nº 2 Em 30/03/2017

ARQUIVOS ANEXOS

Documento
PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE- 2017 completa1.pdf
Resolução RAG.jpg

1.6 Plano de Carreira, Cargos e Salários

O Município possui Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS)? Não

O Município possui Comissão de elaboração do Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS)? Não

1.7 Informações sobre Regionalização

O município pertence à Região de Saúde: Ouricuri

O município participa de algum consórcio? Sim

O município está organizado em regiões intramunicipal? Não Quantas?

1.8 Introdução - Considerações Iniciais

O Relatório Anual de Gestão é um dos instrumentos básicos, para avaliar o cumprimento dos objetivos e das metas explicitadas no Plano Anual de Saúde, bem como a aplicação dos recursos da União repassados a Estado e Municípios em cada exercício anual. Dessa forma esse relatório é fundamental para avaliação e construção do SUS, pois é através dele que conseguimos avaliar o cumprimento ou não de nossas metas, no intuito de levantar as eventuais necessidades de ajuste para elaboração de novo quadro de meta. A importância deste é reforçada através da Portaria 204/GM de 29 de janeiro de 2007, que estabelece a comprovação da aplicação dos recursos repassados do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios far-se-á para o Ministério da Saúde, mediante relatório de gestão, que deve ser elaborado anualmente e aprovado pelo respectivo Conselho de Saúde.

O presente relatório apresenta dados do município de Arapina, localizado no sertão do estado de Pernambuco onde dista 764km da capital Recife, e possui extensão territorial de 1.892.596 km². Faz divisa com o município de Ouricuri-PE ao sul, ao norte com o estado do Ceará, ao leste com os municípios de Ipubi-PE e Trindade-PE e ao oeste com o estado do Piauí. Tem o maior PIB do sertão de Pernambuco e compõe o Pólo Gesseiro de Pernambuco, considerada uma das mais importantes exportadoras de gesso do país.

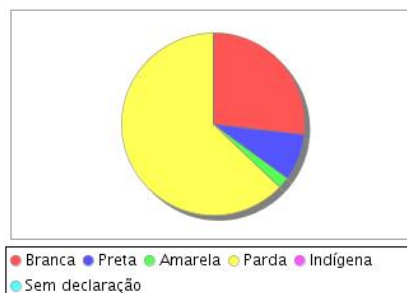
2. DEMOGRAFIA E DADOS DE MORBI-MORTALIDADE

2.1. POPULAÇÃO ESTIMADA DO ANO 2016

83.287

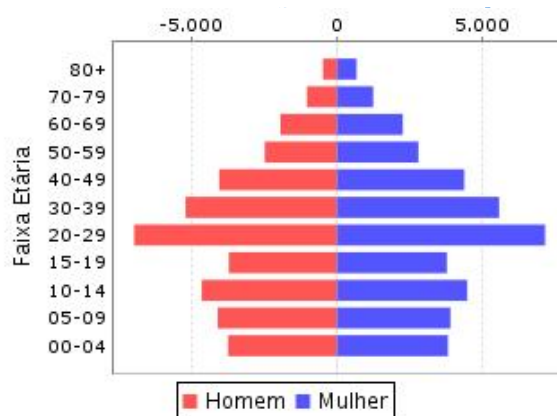
População do último Censo (ano 2012)	Qte	%
Total	78.270	100,00%

População do último Censo (ano 2010)	Qte	%
Branca	20.739	32,09%
Preta	6.423	7,71%
Amarela	1.536	1,84%
Parda	48.561	58,31%
Indígena	43	0,05%
Sem declaração	0	0,00%



2.1.1. POPULAÇÃO - SEXO E FAIXA ETÁRIA

Faixas Etárias	Homem	Mulher	Total
00-04	3.738	3.805	7.543
05-09	4.093	3.893	7.986
10-14	4.639	4.468	9.107
15-19	3.710	3.769	7.479
20-29	6.958	7.139	14.097
30-39	5.194	5.559	10.753
40-49	4.044	4.366	8.410
50-59	2.478	2.791	5.269
60-69	1.942	2.257	4.199
70-79	1.032	1.242	2.274
80+	482	671	1.153
Total	38.310	39.960	78.270



Análise e considerações do Gestor sobre Dados Demográficos

De acordo com as informações apresentadas, a população estimada em 2016 foi de 83.287 habitantes, em 2012 de 78.270 habitantes tendo como fonte o IBGE, distribuídos em área territorial de 1.892.596 km². Segundo esses dados o município de Arapina caracterizou-se como o mais populoso da região. Na estratificação por raça, a população do último censo de 2010 preponderou a faixa de pessoas que se intitulam pardas, com 58,31%, seguida de branca, com 32,09%. A pirâmide populacional apresenta o topo estreito, a faixa etária de 20 a 29 e 30 a 39 apresentam maiores concentrações, sendo que na primeira faixa há predominância do sexo feminino. Ataxa de natalidade é acentuada. A população estimada de 2012 mostra que o município possui uma população feminina em 39.960 mulheres, e a masculina de 38.310. A população idosa (acima de 80 anos) é predominantemente mulher.

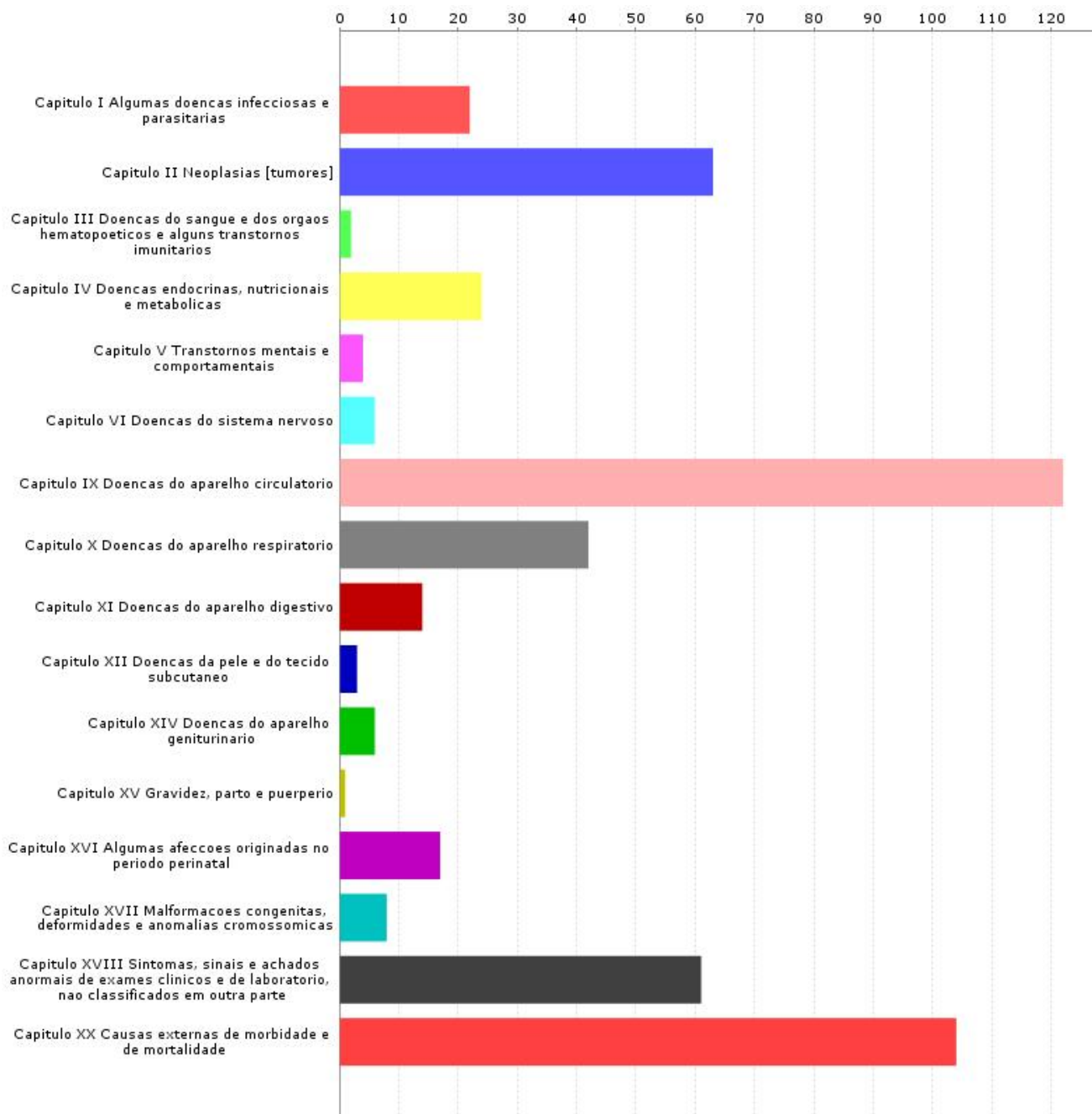
2.3 MORTALIDADE POR GRUPOS DE CAUSAS, FAIXA ETÁRIA E POR RESIDÊNCIA (Fonte: Portal DATASUS Tabnet/SIM - 0)

Última atualização: 06/03/2017 00:00:00

Internações por Capítulo CID-10	Menor 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 69	70 a 79
Capítulo I Algumas doenças infecciosas e parasitárias	0	1	0	0	0	0	3	4	2	1	5
Capítulo II Neoplasias [tumores]	0	1	0	0	0	1	0	4	12	18	20
Capítulo III Doenças do sangue e dos órgãos hematopoéticos e alguns transtornos imunitários	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Capítulo IV Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	1	0	0	1	0	0	0	1	3	5	6
Capítulo V Transtornos mentais e comportamentais	0	0	0	0	0	0	0	3	1	0	0
Capítulo VI Doenças do sistema nervoso	0	0	0	0	1	1	0	1	0	0	2
Capítulo IX Doenças do aparelho circulatório	0	0	0	1	1	2	6	6	12	20	31
Capítulo X Doenças do aparelho respiratório	1	2	0	0	0	1	0	1	4	4	5
Capítulo XI Doenças do aparelho digestivo	1	0	0	0	0	0	3	0	0	3	2
Capítulo XII Doenças da pele e do tecido subcutâneo	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Capítulo XIV Doenças do aparelho geniturinário	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	3
Capítulo XV Gravidez, parto e puerpério	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0

Internações por Capítulo CID-10	Menor 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 69	70 a 79
Capítulo XVI Algumas afecções originadas no período perinatal	17	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Capítulo XVII Malformações congénitas, deformidades e anomalias cromossómicas	6	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Capítulo XVIII Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte	0	1	0	1	1	2	3	1	6	6	14
Capítulo XX Causas externas de morbilidade e de mortalidade	0	1	0	3	11	27	16	18	10	11	4
Total	26	7	1	6	14	35	32	40	52	68	93

Internações por Capítulo CID-10	80	Idade ignorada	Total
Capítulo I Algumas doenças infecciosas e parasitárias	6	0	22
Capítulo II Neoplasias [tumores]	7	0	63
Capítulo III Doenças do sangue e dos órgãos hematopoiéticos e alguns transtornos imunitários	0	0	2
Capítulo IV Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	7	0	24
Capítulo V Transtornos mentais e comportamentais	0	0	4
Capítulo VI Doenças do sistema nervoso	1	0	6
Capítulo IX Doenças do aparelho circulatório	43	0	122
Capítulo X Doenças do aparelho respiratório	24	0	42
Capítulo XI Doenças do aparelho digestivo	5	0	14
Capítulo XII Doenças da pele e do tecido subcutâneo	2	0	3
Capítulo XIV Doenças do aparelho geniturinário	1	0	6
Capítulo XV Gravidez, parto e puerpério	0	0	1
Capítulo XVI Algumas afecções originadas no período perinatal	0	0	17
Capítulo XVII Malformações congénitas, deformidades e anomalias cromossómicas	0	0	8
Capítulo XVIII Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte	25	1	61
Capítulo XX Causas externas de morbilidade e de mortalidade	3	0	104
Total	124	1	499



Análise e considerações sobre Mortalidade

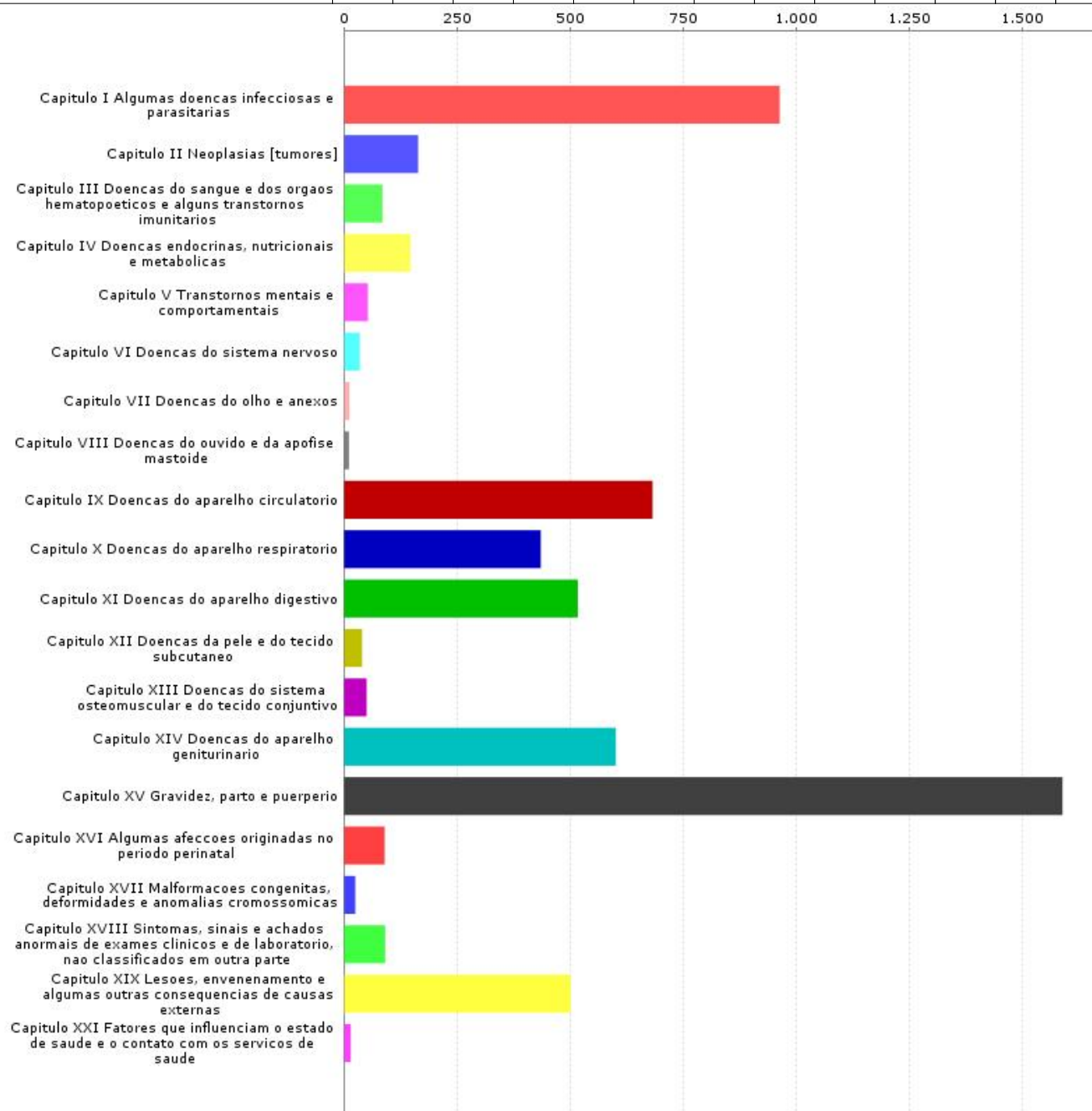
Analisando os dados apresentados quanto à mortalidade por grupos de causas, faixa etária e por residência, prevalece as doenças do circulatório, sugere maior investimento em ações desenvolvidas na Atenção Básica (promoção e prevenção das doenças).

Os óbitos por Causas externas ocorrem em maior número na faixa etária de 20 a 29 anos. Nota-se a necessidade de realizar ações integradas e intersetoriais de promoção e prevenção à saúde, voltadas para tais agravos, levando em consideração os acidentes de trânsito que representam as principais causas de mortalidade nessa faixa no município de Arapina.

2.4. MORBIDADE HOSPITALAR POR GRUPOS DE CAUSAS E FAIXA ETÁRIA (Fonte: Portal DATASUS Tabnet/SIH - Jan - 0)

Internações por Capítulo CID-10	null												Total
	Menor 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 69	70 a 79	80	
Capítulo I Algumas doenças infecciosas e parasitárias	55	176	69	33	44	71	76	66	85	92	125	72	964
Capítulo II Neoplasias [tumores]	0	2	19	15	2	9	4	18	44	23	23	6	165
Capítulo III Doenças do sangue e dos órgãos hematopoéticos e alguns transtornos imunitários	1	8	3	1	4	5	10	6	7	13	10	18	86
Capítulo IV Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	5	4	2	4	3	3	5	9	12	44	38	19	148

Internações por Capítulo CID-10	Menor 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 69	70 a 79	80	Total
Capítulo V Transtornos mentais e comportamentais	0	1	0	1	6	11	15	8	9	2	1	0	54
Capítulo VI Doenças do sistema nervoso	2	3	0	3	3	3	4	3	5	5	4	1	36
Capítulo VII Doenças do olho e anexos	0	0	0	1	0	1	1	2	2	3	2	1	13
Capítulo VIII Doenças do ouvido e da apófise mastoide	0	1	1	1	0	4	3	1	1	0	0	0	12
Capítulo IX Doenças do aparelho circulatório	0	0	2	3	10	24	41	71	86	116	192	138	683
Capítulo X Doenças do aparelho respiratório	38	47	16	13	13	24	19	38	41	39	68	80	436
Capítulo XI Doenças do aparelho digestivo	3	11	9	22	27	88	100	75	61	54	39	29	518
Capítulo XII Doenças da pele e do tecido subcutâneo	3	1	2	1	3	12	4	6	3	2	2	2	41
Capítulo XIII Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	0	0	0	3	2	8	12	8	7	3	6	2	51
Capítulo XIV Doenças do aparelho geniturinário	2	18	12	17	36	99	120	118	60	35	58	27	602
Capítulo XV Gravidez, parto e puerpério	0	0	0	15	428	797	319	29	1	0	0	0	1.589
Capítulo XVI Algumas afecções originadas no período perinatal	55	6	0	2	2	0	1	2	6	5	4	8	91
Capítulo XVII Malformações congénitas, deformidades e anomalias cromossômicas	6	7	3	1	2	2	1	0	0	3	0	1	26
Capítulo XVIII Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte	2	1	1	3	3	12	17	6	19	10	13	5	92
Capítulo XIX Lesões, envenenamento e algumas outras consequências de causas externas	0	12	17	30	53	93	71	50	45	46	40	45	502
Capítulo XXI Fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde	0	0	0	1	1	2	2	4	3	2	1	0	16
Total	172	298	156	170	642	1.268	825	520	497	497	626	454	6.125



Análise e considerações sobre Mortalidade

No que concerne sobre a Morbidade hospitalar, por grupo de causas, predomina a gravidez, parto e puerpério, justificado pela não cobertura de 100% de Estratégia de Saúde da Família no município que precariza o acompanhamento do pré-natal, parto e puerpério e também do alto índice de gestantes adolescentes. Nota-se que as doenças infecciosas e parasitárias vem em seguida, relacionadas principalmente a falta de saneamento básico em algumas localidades, falta de água potável, dentre outros fatores.

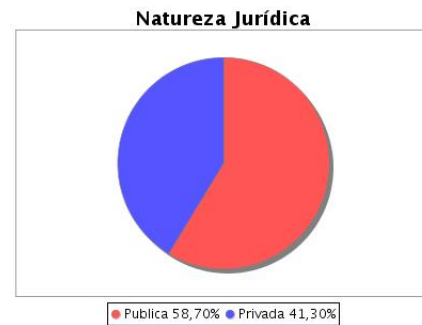
3.1 TIPO GESTÃO

Tipo de Estabelecimento	Total	Municipal	Estadual	Dupla
POSTO DE SAUDE	4	4	0	0
CENTRO DE SAUDE/UNIDADE BASICA	20	20	0	0
CLINICA/CENTRO DE ESPECIALIDADE	9	8	0	1
UNIDADE DE APOIO DIAGNOSE E TERAPIA (SADT ISOLADO)	8	7	0	1
HOSPITAL GERAL	2	2	0	0
SECRETARIA DE SAUDE	1	1	0	0
CENTRO DE APOIO A SAUDE DA FAMILIA	1	1	0	0
POLO ACADEMIA DA SAUDE	1	1	0	0
Total	46	44	0	2



3.2. NATUREZA JURÍDICA (GERÊNCIA)

Tipo de Estabelecimento	Total	Municipal	Estadual	Dupla
PRIVADA	57	51	0	6
MUNICIPAL	81	81	0	0
Total	138	132	0	6



Justificativa de Dupla Gestão

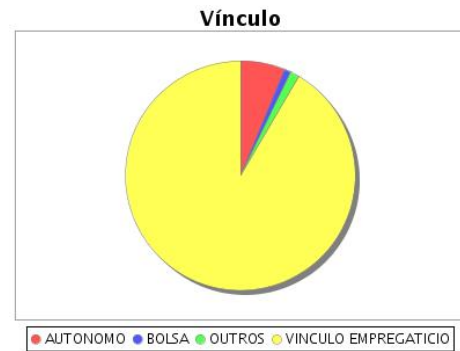
A Nona Região de Saúde é composta por onze municípios, destes nove são de pequeno porte com dificuldades de implementação estrutural de média e alta complexidade por parte do estado, apesar de apresentar limitações da sua capacidade instalada foi desenvolvido parcerias entre os municípios, estado e o setor privado para o provimento da lacuna assistencial secundária em saúde, a exemplificar os pactos de PPI, mamografia, tomografia, análise consorciada das lâminas bioquímicas com prestadores do segundo setor.

Análise e considerações do Gestor sobre Prestadores de Serviços ao SUS

A capacidade instalada do município de Araripina é de 1 Centro de Saúde e 19 Unidades Básicas, 2 Hospitais Gerais, 1 Polo de Academia de Saúde, 9 Clínica/Centro de Especialidade, 1 Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA), 1 Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), 4 Posto de Saúde. Ampliando as atividades da ESF, está 1 Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF). Os estabelecimentos citados acima fazem parte do "Tipo de administração" de saúde na Rede física de saúde pública e privada prestadora de serviços ao SUS, no quesito "Tipo de estabelecimento" o qual é responsável pelo cadastro, programação, autorização e pagamento dos serviços prestados ao SUS. No que tange a "Gerência" corresponde à esfera administrativa a qual o estabelecimento de saúde está diretamente subordinado.

Os estabelecimentos de saúde estão cadastrados no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimento em Saúde-SCNES, sendo classificados de diversos tipos e definidos de acordo com suas atividades profissionais e serviços ofertados à população. O SCNES é atualizado mensalmente pela equipe da secretaria de saúde.

AUTONOMO	
TIPO	TOTAL
INTERMEDIADO P ENTIDADE FILANTROPICA E/OU SEM FINS LUCRATIVO	10
INTERMEDIADO POR EMPRESA PRIVADA	2
PESSOA FISICA	3
PESSOA JURIDICA	3
SEM TIPO	16
TOTAL	34
BOLSA	
TIPO	TOTAL
BOLSISTA	5
TOTAL	5
OUTROS	
TIPO	TOTAL
PROPRIETARIO	7
TOTAL	7
VINCULO EMPREGATICIO	
TIPO	TOTAL
CARGO COMISSONADO	3
CELETISTA	16
CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO	143
EMPREGO PUBLICO	2
ESTATUTARIO	312
SEM TIPO	20
TOTAL	496



Análise e Considerações Profissionais SUS

O número que aparece no relatório semelhante ao ano anterior, mostra que ocorreu predominância de profissionais do SUS com vínculo empregatício, o que atende as exigências legais das leis trabalhistas vigentes. Conforme dado sobredito evidencia-se de maneira pouco expressiva a lotação de profissionais fora da esfera SUS, porém a esfera privada e filantrópica se mantém estável desde o último relatório, o que sugere maiores investimentos da demanda de usuários a estes segmentos pela dificuldade e limitações da assistência pública em todo nível nacional.

5. Programação Anual de Saúde e Pactuação da Saúde

Diretriz. Ampliar e qualificar o acesso aos serviços de saúde de qualidade, em tempo adequado, com ênfase na humanização, equidade e no atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica, especializada, ambulatorial e hospitalar, e garantindo o acesso a medicamentos no âmbito do SUS.

Objetivo Nacional: Ampliar e qualificar o acesso aos serviços de saúde, em tempo adequado, com ênfase na humanização, equidade e no atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e especializada, ambulatorial e hospitalar.

Nº	Indicador	Meta 2016	Resultado	Unidade	
1	COBERTURA DE ACOMPANHAMENTO DAS CONDICIONALIDADES DE SAÚDE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	73,00	96,00	%	
	Nº	Ação	Meta 2016	Resultado	Unidade
	1.1	CAPACITAR OS ACS, QUANTO A REALIZAÇÃO DAS CONDICIONALIDADES	73,00	96,00	%
2	PROPORÇÃO DE EXODONTIA EM RELAÇÃO AOS PROCEDIMENTOS	15,00	15,69	%	
	Nº	Ação	Meta 2016	Resultado	Unidade
	1.1	Realizar reunião de sensibilização com os profissionais de saúde bucal para redução das extrações e estímulo às medidas preventivas	15,00	15,69	%

Diretriz. Aprimorar as redes de atenção e promover o cuidado integral às pessoas nos vários ciclos de vida (criança,adolescente, jovem, adulto e idoso), considerando as questões de gênero e das populações em situação de vulnerabilidade social, na atenção básica, nas redes temáticas e nas redes de atenção nas regiões de saúde.

Objetivo Nacional: Aprimorar e implantar as Redes de Atenção à Saúde nas regiões de saúde, com ênfase na articulação da Rede de Urgência e Emergência, Rede Cegonha, Rede de Atenção Psicossocial, Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, e da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas.

Nº	Indicador	Meta 2016	Resultado	Unidade	
3	PROPORÇÃO DE ACESSO HOSPITALAR DOS ÓBITOS POR ACIDENTE	91,30	53,10	%	
	Nº	Ação	Meta 2016	Resultado	Unidade
	1.1	Implementar o Movimento "Maio Amarelo", com ações de sensibilização e responsabilidade no trânsito	91,30		
4	PROPORÇÃO DE ÓBITOS NAS INTERNAÇÕES POR INFARTO AGUDO DO MIOCÁRDIO (IAM)	65,30	48,80	%	
	Nº	Ação	Meta 2016	Resultado	Unidade
	1.1	Regularizar a realização de consultas aos pacientes com distúrbios cardiovasculares, monitorando as ESF mensalmente	65,30	48,80	%
5	RAZÃO DE EXAMES CITOPATOLÓGICOS DO COLO DO ÚTERO EM MULHERES DE 25 A 64 ANOS E A POPULAÇÃO DA MESMA FAIXA ETÁRIA	0,42	0,16	RAZÃO	

Nº	Indicador	Meta 2016	Resultado	Unidade
1.1	FAZER BUSCA ATIVA PARA REALIZAR EXAME CITOPATOLÓGICO DO COLO DE ÚTERO E MELHORAR C ACESSO DESSAS PACIENTES	0,42	0,07	RAZÃO

6 RAZÃO DE EXAMES DE MAMOGRAFIA DE RASTREAMENTO REALIZADOS EM MULHERES DE 50 A 69 ANOS E POPULAÇÃO DA MESMA FAIXA ETÁRIA

0,10

0,10

RAZÃO

Nº	Ação	Meta 2016	Resultado	Unidade
1.1	CAPACITAR OS PROFISSIONAIS DAS UNIDADES DE SAÚDE À REALIZAÇÃO DO EXAME CLÍNICO DAS MAMAS E DO AUTO-EXAME	0,10	0,10	RAZÃO

7 PROPORÇÃO DE PARTO NORMAL NO SUS E NA SAÚDE SUPLEMENTAR

50,00

57,66

%

Nº	Ação	Meta 2016	Resultado	Unidade
1.1	Capacitar profissionais de saúde para sensibilizar as gestantes e familiares para a importância do parto normal	50,00	57,66	

8 COBERTURA DE CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS)

1,80

1,80

/100.000

Nº	Ação	Meta 2016	Resultado	Unidade
1.1	Realizar as ações de matriciamento nas unidades de ESF e ações de contratualidade no território	1,80	1,80	

Objetivo Nacional: Promover o cuidado integral às pessoas nos ciclos de vida (criança, adolescente, jovem, adulto e idoso), considerando as questões de gênero, orientação sexual, raça/etnia, situações de vulnerabilidade, as especificidades e a diversidade na atenção básica, nas redes temáticas e nas redes de atenção à saúde.

Nº	Indicador	Meta 2016	Resultado	Unidade
10	PROPORÇÃO DE ÓBITOS MATERNOS INVESTIGADOS	100,00	100,00	%

Nº	Ação	Meta 2016	Resultado	Unidade
1.1	Identificar através das DOIs e investigações de óbitos as principais causas de mortalidade	100,00	100,00	

11 PROPORÇÃO DE ÓBITOS DE MULHERES EM IDADE FÉRTIL (MIF) INVESTIGADOS

90,00

87,00

%

Nº	Ação	Meta 2016	Resultado	Unidade
1.1	Realizar investigação de óbito em tempo oportuno	90,00	87,00	

Nº	Indicador	Meta 2016	Resultado	Unidade
9	TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL.	26,00	19,00	N.Absoluto

Nº	Ação	Meta 2016	Resultado	Unidade
1.1	Acompanhar e monitorar as crianças de risco, garantindo referência, se necessário	26,00	19,00	

Diretriz. Reduzir e prevenir riscos e agravos à saúde da população por meio das ações de vigilância, promoção e proteção, com foco na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, acidentes e violências, no controle das doenças transmissíveis e na promoção do envelhecimento saudável.

Objetivo Nacional: Reduzir e prevenir riscos e agravos à saúde da população, considerando os determinantes sociais, por meio das ações de vigilância, promoção e proteção, com foco na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, acidentes e violências, no controle das doenças transmissíveis e na promoção do envelhecimento saudável.

Nº	Indicador	Meta 2016	Resultado	Unidade
12	NÚMERO DE CASOS NOVOS DE SÍFILIS CONGÊNITA EM MENORES DE UM ANO DE IDADE	1,00	0,00	N.Absoluto

Nº	Ação	Meta 2016	Resultado	Unidade
1.1	Notificar todos os casos de sífilis em gestante	1,00	0,00	

13	TAXA DE MORTALIDADE PREMATURA (de 30 a 69 anos) PELO CONJUNTO DAS 4 PRINCIPAIS DCNT (DOENÇAS DO APARELHO CIRCULATÓRIO, CÂNCER, DIABETES E DOENÇAS RESPIRATÓRIAS CRÔNICAS)	100,00	150,00	N.Absoluto
----	---	--------	--------	------------

Nº	Ação	Meta 2016	Resultado	Unidade
1.1	Realizar ações de busca ativa pelas ESF para identificação de pacientes com esses agravos e iniciar tratamento e acompanhamento nas ESF de sua cobertura	100,00	150,00	N.Absoluto
1.1	Realizar palestras, entrega de panfletos e filipetas em escolas, e comunidades	100,00	150,00	N.Absoluto

14	PROPORÇÃO DE VACINAS DO CALENDÁRIO BÁSICO DE VACINAÇÃO DA CRIANÇA COM COBERTURAS VACINAIS ALCANÇADAS	80,00	13,00	%
----	--	-------	-------	---

Nº	Ação	Meta 2016	Resultado	Unidade
1.1	Acompanhamento de todos os cartões espelhos dos ACS de PACS	80,00	13,00	
1.1	Acompanhamento de todos os cartões espelhos dos ACS de PACS	80,00	13,00	

Nº	Indicador	Meta 2016	Resultado	Unidade	
15	PROPORÇÃO DE CURA DE CASOS NOVOS DE TUBERCULOSE PULMONAR COM CONFIRMAÇÃO LABORATORIAL	55,00	80,00	%	
	Nº	Ação	Meta 2016	Resultado	Unidade
	1.1	Manter o laboratório equipado para realização dos exames	55,00	80,00	%
16	PROPORÇÃO DE EXAME ANTI-HIV REALIZADOS ENTRE OS CASOS NOVOS DE TUBERCULOSE	75,00	100,00	%	
	Nº	Ação	Meta 2016	Resultado	Unidade
	1.1	Realizar exames	75,00	100,00	%
17	PROPORÇÃO DE REGISTRO DE ÓBITOS COM CAUSA BÁSICA DEFINIDA	85,00	87,80	%	
	Nº	Ação	Meta 2016	Resultado	Unidade
	1.1	Repassar para as ESFs quanto a importância das notificações	85,00	87,80	%
18	PROPORÇÃO DE MUNICÍPIOS COM CASOS DE DOENÇAS OU AGRAVOS RELACIONADOS AO TRABALHO NOTIFICADOS.	8,00	0,00	N.Absoluto	
	Nº	Ação	Meta 2016	Resultado	Unidade
	1.1	Realizar notificação de casos de acidente de trabalho	8,00	0,00	N.Absoluto
19	NÚMERO DE CASOS NOVOS DE AIDS EM MENORES DE 5 ANOS	1,00	0,00	N.Absoluto	
	Nº	Ação	Meta 2016	Resultado	Unidade
	1.1	Notificar 100% dos casos de DSTs para que possa ser feita a sua investigação	1,00	0,00	N.Absoluto
	1.1	Notificar 100% dos casos de DSTs para que possa ser feita a sua investigação	0,01	0,00	N.Absoluto
20	PROPORÇÃO DE CURA DOS CASOS NOVOS DE HANSENÍASE DIAGNOSTICADOS NOS ANOS DAS COORTES	85,00	70,90	%	

Nº	Indicador	Meta 2016	Resultado	Unidade
Nº	Ação	Meta 2016	Resultado	Unidade
1.1	Realizar monitorização trimestral das unidades de saúde	85,00	70,09	%

21 PROPORÇÃO DE CONTATOS EXAMINADOS DE CASOS NOVOS DE HANSENÍASE 35,00 0,00 %

Nº	Ação	Meta 2016	Resultado	Unidade
1.1	Examinar todos os contatos intradomiciliares do paciente	35,00	0,00	%

23 NÚMERO ABSOLUTO DE ÓBITOS POR DENGUE 0,00 0,00 N.Absoluto

Nº	Ação	Meta 2016	Resultado	Unidade
1.1	Diminuição do numero de casos de dengue positivos e também dos focos e da população dos mosquitos adultos	0,00	0,00	N.Absoluto

24 PROPORÇÃO DE IMÓVEIS VISITADOS EM PELO MENOS 4 CICLOS DE VISITAS DOMICILIARES PARA CONTROLE DA DENGUE 5,00 5,00 N.Absoluto

Nº	Ação	Meta 2016	Resultado	Unidade
1.1	Qualificar e adquirir novos conhecimentos sobre dengue, isto é, vetor e ações no trabalho de campo, para eliminação criatória	5,00	5,00	N.Absoluto

25 PROPORÇÃO DE ANÁLISES REALIZADAS EM AMOSTRAS DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO QUANTO AOS PARÂMETROS COLIFORMES TOTAIS, CLORO RESIDUAL LIVRE E TURBIDEZ 15,00 0,00 %

Nº	Ação	Meta 2016	Resultado	Unidade
1.1	Atingir as metas de amostra de coleta de água em 100% da cobertura	15,00	0,00	%

Objetivo Nacional: Aprimorar o marco regulatório e as ações de vigilância sanitária, para assegurar a proteção à saúde e o desenvolvimento sustentável do setor.

Nº	Indicador	Meta 2016	Resultado	Unidade
26	PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS QUE REALIZAM NO MÍNIMO SEIS GRUPOS DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, CONSIDERADAS NECESSÁRIAS A TODOS OS MUNICÍPIOS.	80,00	66,67	%

Nº	Ação	Meta 2016	Resultado	Unidade
1.1	Fazer levantamento dos estabelecimentos e atender, em tempo hábil, as solicitações de Inspeção sanitária.	80,00	66,67	%

Diretriz. Fortalecer o papel do Estado na regulação do trabalho em saúde e ordenar, para as necessidades do SUS, a formação, a educação permanente, a qualificação, a valorização dos trabalhadores e trabalhadoras, combatendo a precarização e favorecendo a democratização das relações de trabalho. Tudo isso considerando as metas de superação das demandas do mundo do trabalho na área da saúde estabelecidas pela Década de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde, iniciada em 2013.

Objetivo Nacional: Promover, para as necessidades do SUS, a formação, a educação permanente, a qualificação, a valorização dos trabalhadores, a desprecarização e a democratização das relações de trabalho.

Nº	Indicador	Meta 2016	Resultado	Unidade
27	PROPORÇÃO DE AÇÕES DE EDUCAÇÃO PERMANENTE IMPLEMENTADAS E/OU REALIZADAS	50,00	0,00	%

Nº	Ação	Meta 2016	Resultado	Unidade
1.1	Realizar oficinas de qualificação nas ferramentas de captação, tabulação e análise de dados dos sistemas de informação em saúde	50,00		
1.1	Realizar oficinas de qualificação nas ferramentas de captação, tabulação e análise de dados dos sistemas de informação em saúde	50,00	0,00	
1.1	Realizar oficinas de qualificação nas ferramentas de captação, tabulação e análise de dados dos sistemas de informação em saúde	50,00		
1.2	Realizar oficinas de qualificação nas ferramentas de captação, tabulação e análise de dados dos sistemas de informação em saúde	50,00	0,00	

Diretriz. Aprimorar a relação federativa no SUS, fortalecendo a gestão compartilhada nas regiões de saúde e com a revisão dos instrumentos de gestão, considerando as especificidades regionais e a concertação de responsabilidades dos municípios, estados e União, visando oferecer ao cidadão o cuidado integral.

Objetivo Nacional: Aprimorar a relação interfederativa e a atuação do Ministério da Saúde como gestor federal do SUS.

Nº	Indicador	Meta 2016	Resultado	Unidade
28	PLANOS DE SAÚDE ENVIADOS AO CONSELHO DE SAÚDE	1,00	1,00	N.Absoluto

Nº	Ação	Meta 2016	Resultado	Unidade
1.1	REALIZAR METAS E AÇÕES PACTUADAS PELO PLANO DE SAÚDE	1,00	1,00	

Diretriz. Garantir o financiamento estável e sustentável para o SUS, melhorando o padrão do gasto e qualificando o financiamento tripartite e os processos de transferência de recursos.

Objetivo Nacional: Melhorar o padrão de gasto, qualificar o financiamento tripartite e os processos de transferência de recursos, na perspectiva do financiamento estável e sustentável do SUS.

Nº	Indicador	Meta 2016	Resultado	Unidade
----	-----------	-----------	-----------	---------

N°	Indicador	Meta 2016	Resultado	Unidade
29	PROPORÇÃO DE ENTES COM PELO MENOS UMA ALIMENTAÇÃO POR ANO NO BANCO DE PREÇO EM SAÚDE			N.Absoluto

5.1 Execução Orçamentária

Recursos Orçamentários

Valor	R\$	Valor	R\$
--------------	-----	--------------	-----

Análise e Considerações

6. DEMONSTRATIVO DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS (Fonte: SIOPS)

6.1 DEMONSTRATIVO DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS (Fonte: SIOPS)

Última atualização: 29/03/2017 00:00:00

	RECEITAS (R\$)						DESPESAS (R\$)					Movimentação Financeira		
	Transferência fundo a fundo			Op. Crédito /Rend. /Outros	Recursos Próprios	Total	Dotação	Empenhada	Liquidada	Paga	Orçada	RP/Outros Pagamentos	Saldo Finan. do Exercício Anterior	Saldo Finan. do Exercício Atual
	Federal	Estadual	Outros Municípios											
Outros Programas assistência farmacêutica financiados por transferência Fundo a Fundo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Análise Sobre a Utilização dos Recursos

O SIOPS não foi alimentado em tempo adequado, e possui um prazo de 15 dias úteis para atualização de dados, por isso o Demonstrativo da utilização dos recursos encontra-se zerado. O Relatório Anual de Gestão não possui dados que versão sobre esse sistema pois não foi retroalimentado.

8. INDICADORES FINANCEIROS (Fonte: SIOPS)

8.1. INDICADORES FINANCEIROS (Fonte: SIOPS)

Última atualização:
29/03/2017 00:00:00

Participação % da receita de impostos na receita total do Município	5,10%
Participação % das transferências intergovernamentais na receita total do Município	80,97%
Participação % das Transferências para a Saúde (SUS) no total de recursos transferidos para	15,43%
Participação % das Transferências da União para a Saúde no total de recursos transferidos	100,00%
Participação % das Transferências da União para a Saúde (SUS) no total de Transferências da	28,61%
Participação % da Receita de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais na Receita	42,90%
Para Fins de Cálculo do Percentual da LC141/2012	0,00%
Despesa total com Saúde, em R\$/hab, sob responsabilidade do município, por habitante	R\$271,08
Participação % da despesa com pessoal na despesa total com Saúde	46,58%
Participação % da despesa com medicamentos na despesa total com Saúde	0,12%
Participação % da desp. com serviços de terceiros - pessoa jurídica na despesa total com	26,51%
Participação % da despesa com investimentos na despesa total com Saúde	4,40%
% das transferências para a Saúde em relação à despesa total do município com saúde	88,20%
% da receita própria aplicada em Saúde conforme a LC 141/2012	16,36%

Análise Sobre os Indicadores Financeiros

Os resultados dos indicadores deste ano que mostram que os repasses para a saúde de responsabilidade dos municípios estão dentro das obrigações constitucionais, segundo a Lcp 141/2012 afirma que os Municípios e o Distrito Federal aplicarão anualmente em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo, 15% (quinze por cento) da arrecadação dos impostos a que se refere o [art. 150](#) e dos recursos de que tratam o [art. 158](#) e a [alínea "b" do inciso I do caput](#) e o [§ 3º do art. 150, todos da Constituição Federal](#).

9.1 - DEMONSTRATIVO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS COM SAÚDE (Fonte: SIOPS)

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Jan a Dez (b)	%(b/a)x100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	5.338.315,29	5.338.315,29	8.011.426,59	150,07
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	313.753,39	313.753,39	509.079,19	162,25
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	344.000,00	344.000,00	252.989,59	73,54
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	4.028.000,00	4.028.000,00	3.946.935,98	97,98
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	565.500,00	565.500,00	3.172.818,12	561,06
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Ativa dos Impostos	87.061,90	87.061,90	129.603,71	148,86
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	45.965.692,04	45.965.692,04	59.414.568,65	129,26
Cota-Parte FPM	28.119.037,00	28.119.037,00	41.632.842,43	148,05
Cota-Parte ITR	33.000,00	33.000,00	33.744,93	102,25
Cota-Parte IPVA	3.008.271,00	3.008.271,00	3.421.343,47	113,73
Cota-Parte ICMS	14.767.384,04	14.767.384,04	14.232.575,37	96,37
Cota-Parte IPI-Exportação	2.000,00	2.000,00	55.626,00	2.781,30
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	36.000,00	36.000,00	38.436,45	106,76
Desoneração ICMS (LC 87/96)	36.000,00	36.000,00	38.436,45	106,76
Outras				
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	51.304.007,33	51.304.007,33	67.425.995,24	131,43

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Jan a Dez (d)	%(d/c)x100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	17.115.724,37	17.115.724,37	19.913.813,95	116,35
Provenientes da União	17.015.724,37	17.015.724,37	19.913.813,95	117,03
Provenientes dos Estados	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	17.115.724,37	17.115.724,37	19.913.813,95	116,34

9.2. DESPESAS COM SAÚDE

9.2.1. DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza de Despesa)

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza de Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Jan a Dez (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	% (f+g)/e
DESPESAS CORRENTES	25.476.304,56	25.476.304,56	21.584.368,72	0,00	84,72
Pessoal e Encargos Sociais	11.616.793,55	11.616.793,55	10.515.502,56	0,00	90,52
Juros e Encargos da Dívida	3.210,50	3.210,50	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	13.856.300,51	13.856.300,51	11.068.866,16	0,00	79,88

DESPESAS DE CAPITAL	1.749.842,85	1.749.842,85	992.734,02	0,00	56,73
Investimentos	1.749.842,85	1.749.842,85	992.734,02	0,00	56,73
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	27.226.147,41	27.226.147,41		22.577.102,74	82,92

9.2.2.DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE, AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS			
			LIQUIDADAS Jan a Dez (h)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)	%[(h+i)/V (f+g)]	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	N/A		0,00	0,00	0,00	
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO	N/A		0,00	0,00	0,00	
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	N/A		11.546.261,64	0,00	51,14	
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	N/A		11.546.261,64	0,00	51,14	
Recursos de Operações de Crédito	N/A		0,00	0,00	0,00	
Outros Recursos	N/A		0,00	0,00	0,00	
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	N/A		0,00	0,00	0,00	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO	N/A	N/A	N/A	0,00		
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)		N/A		11.546.261,64	51,14	
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = [(IV(f+g)-V(h+i))			""	0,00	""	N/A
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIB X						16,35
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VII - (15*IIIB)/100)]6						916.941,81

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2016	0,00	N/A	N/A	N/A	0,00
Inscritos em 2015	51.309,17	0,00	0,00	51.309,17	0,00
Inscritos em 2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	51.309,17	0,00	0,00	51.309,17	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24,§ 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2016	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2014	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2013	0,00	0,00	0,00

Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2012	N/A	N/A	N/A
Total (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DE VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 e 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2015	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2014	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2013	0,00	0,00	0,00
Total (IX)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Jan a Dez (l)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (m)	% [(l+m)/total (l+m)]x100
Atenção Básica	16.197.769,62	16.313.742,13	11.763.126,37	0,00	52,10
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	10.465.847,35	9.853.253,85	9.853.253,85	0,00	43,64
Suporte Profilático e Terapêutico	103.346,16	85.873,16	85.873,16	0,00	0,38
Vigilância Sanitária	886.356,16	812.883,16	812.883,16	0,00	3,60
Vigilância Epidemiológica	125.490,70	61.966,20	61.966,20	0,00	0,27
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	190.011,91	98.428,91	0,00	0,00	0,00
TOTAL	27.968.821,90	27.226.147,41		22.577.102,74	100,00

Análise Sobre Demonstrativo Orçamentário

O demonstrativo de saúde referente ao exercício 2016 (referente a emenda constitucional de 29 de setembro de 2000, diz que no caso dos municípios e do Distrito Federal 15% do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que trata os art. 158 e art. 159, inciso 1, alínea "b" §3º). Os resultados dos indicadores deste ano mostram que os repasses para à saúde do município estão dentro das obrigações constitucionais. O Demonstrativo Orçamentário apresenta Execução de Restos a Pagar não processados inscritos em 2015 no valor de 51.309,17.

O que concerne as despesas com saúde, a Atenção Básica acumulou 52,10% do total das despesas, seguida da assistência Hospitalar acumulou 43,64%. Visto que o recurso destinado a saúde são para organização do sistema e formação das redes de serviços, na forma de custeio e investimentos da Atenção Básica, Média e Alta Complexidade, Assistência Farmacêutica e Vigilância em Saúde.

10. AUDITORIAS

Auditorias realizadas ou em fase de execução? (Em andamento, Encerrada, Programada, Reprogramada ou Cancelada)

Sim

Ente Federado:

ARARIPINA

Demandante:

null

Órgão responsável pela auditoria:

null

SISAUD/SUS:

Nº da auditoria:

null

Finalidade da auditoria:

null

Status da auditoria:

null

Unidade(s) auditada(s):

null

Recomendações

null

Encaminhamentos

null

10. AUDITORIAS

Auditorias realizadas ou em fase de execução? (Em andamento, Encerrada, Programada, Reprogramada ou Cancelada)

Sim

Ente Federado:

ARARIPINA

Demandante:

null

Órgão responsável pela auditoria:

null

SISAUD/SUS:

Nº da auditoria:

null

Finalidade da auditoria:

null

Status da auditoria:

null

Unidade(s) auditada(s):

null

Recomendações

null

Encaminhamentos

null

10. AUDITORIAS

Auditorias realizadas ou em fase de execução? (Em andamento, Encerrada, Programada, Reprogramada ou Cancelada)

Sim

Ente Federado:

ARARIPINA

Demandante:

null

Órgão responsável pela auditoria:

null

SISAUD/SUS:

Nº da auditoria:

null

Finalidade da auditoria:

null

Status da auditoria:

null

Unidade(s) auditada(s):

null

Recomendações

null

Encaminhamentos

null

10. AUDITORIAS

Auditorias realizadas ou em fase de execução? (Em andamento, Encerrada, Programada, Reprogramada ou Cancelada)

Sim

Ente Federado:

ARARIPINA

Demandante:

null

Órgão responsável pela auditoria:

null

SISAUD/SUS:

Nº da auditoria:

null

Finalidade da auditoria:

null

Status da auditoria:

null

Unidade(s) auditada(s):

null

Recomendações

null

Encaminhamentos

null

10. AUDITORIAS

Auditorias realizadas ou em fase de execução? (Em andamento, Encerrada, Programada, Reprogramada ou Cancelada)

Sim

Ente Federado:

ARARIPINA

Demandante:

null

Órgão responsável pela auditoria:

null

SISAUD/SUS:

Nº da auditoria:

null

Finalidade da auditoria:

null

Status da auditoria:

null

Unidade(s) auditada(s):

null

Recomendações

null

Encaminhamentos

null

11. ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

11.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

A análise do Relatório de Gestão descreve o cumprimento ou não das atividades pactuadas, visando a melhoria na assistência em saúde da população e também favorece uma visão dos indicadores para que o município possa promover ações junto às equipes de Atenção Básica na implantação e implementação. A introdução de mecanismos de análises acompanhada de decisões baseadas nas políticas públicas de saúde, priorizando o acesso e a qualidade da assistência a população, como também valorização dos profissionais, torna-se imprescindível dentro do processo de gestão.

11.2. RECOMENDAÇÕES PARA A PRÓXIMA PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE E/OU REDIRECIONAMENTOS PARA O PLANO DE SAÚDE

Esse relatório tem a finalidade de apresentar resultados alcançados com a execução da Programação Anual de Saúde-PAS, confirmando a importância da consolidação dos instrumentos de planejamento, trazendo como produto deste processo a elaboração da programação de acordo com os indicadores vigentes em nosso município. A PAS deste ano deve retomar a proposta, metas e diretrizes traçadas no PMS 2014-2017, bem como a efetivação das ações de controle do aedes aegypti para evitar o aumento dos casos de Dengue, Chikungunya e Zica.

Orienta-se também a elaboração de nova programação anual, bem como eventuais redirecionamentos que se fizerem necessários no Plano de Saúde, tomando-se apoio para novos planejamentos mais fidedignos e capazes de atender necessidades de saúde.

11.3. ARQUIVOS ANEXOS

Documento	Tipo de Documento
PLANO PLURIANUAL 2014-2017 (1) (1).pdf	Plano de Saúde do período 2014 - 2017
resolução PPA (1).pdf	Resolução do Conselho de Saúde que aprova o Plano de Saúde do período de 2014 a 2017
PAS 2016 COMPLETO (2).pdf	Programação Anual de Saúde referente ao Ano do RAG
RESO PAS 2016.pdf	Resolução do Conselho de Saúde que aprova a programação anual de saúde referente ao ano do RAG
Resolução RAG.jpg	Resolução do Conselho de Saúde que aprova a Programação Anual de Saúde do período de 2014
PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE- 2017 completa1.pdf	Programação Anual de Saúde do período 2014

12. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO

12.1 RELATÓRIO QUADRIMESTRAL (LC 141/12)

Enviado para Câmara de Vereadores em	1º QUA	2º QUA	3º QUA
Enviado ao Conselho de Saúde em			21/02/2017
Enviado para Câmara de Vereadores em			22/02/2017

12.2. RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO (RAG)

12.2.1. INFORMAÇÕES DO GESTOR

Horário de Brasília

Enviado ao Conselho de Saúde para apreciação em	31/03/2017 16:40:36
Enviado ao Tribunal de contas a que está jurisdicionando em	
Enviado à Câmara de Vereadores em	
Reenviado ao Conselho de Saúde para reapreciação em	

12.2.2. INFORMAÇÕES DO CONSELHO DE SAÚDE

Horário de Brasília

Data de Recebimento do RAG pelo CS	31/03/2017 16:40:36	
Apreciado pelo Conselho de Saúde em	31/03/2017 17:17:56	
Reapreciado pelo Conselho em		
Parecer do Conselho de Saúde	APROVADO	
Status da Apreciação	Aprovado	
Resolução da Apreciação	002	Data 30/03/2017

ARARIPINA - PE, ____ de _____ de ____.